



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
A MULHER**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2025

PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Nº 020/2026

Torna-se público que o(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER**, por meio do(a) do Departamento de Compras, Licitações e Contratos/Divisão de Licitações, sediado na Rua Barão do Rio Branco, 1709, Centro, Lapa - PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Federal Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Leis Municipais nº 4.018 de 21 de outubro de 2022, e nº 4.386 de 04 de junho de 2025, do Decreto Municipal nº 26.815, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 21.237, art. 5º, inciso IV, de 24 de março de 2015, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 (Sicaf Digital), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão: 11 de junho de 2026.

Horário: 09:30 horas.

**Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/> –
UASG: 987657**

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de itens de higiene íntima, incluindo sabonete líquido íntimo, sabonete em barra, lenços umedecidos íntimos, absorventes higiênicos descartáveis (normais e noturnos), visando atender a Deliberação Estadual 78/2022, do CEDCA/PR que institui o Incentivo “Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima, conforme especificações que constam do Termo de Referência - Anexo I.

Informamos que devido a atualização do sistema [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras), para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (Ex: 90002/2024)

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ **27.243,00 (vinte e sete mil e duzentos e quarenta e três reais)**.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

A despesa decorrente do fornecimento correrá a conta das dotações expressamente consignadas abaixo:

Código Reduzido: 847



Órgão: 7 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER

Unidade: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação: 2424 – Gestão de Cofinanciamento Estadual e Federal Fundo a Fundo para programas, Projetos e Serviços da Política da Criança e do Adolescente

Vínculo: 737 – Acesso a produtos de Higiene Íntima – Deliberação nº 78/2022 e 13/2023-CEDCA/PR

Subelemento: 33390320300000000000 – Material destinado a assistência social

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações COMPRASNET. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/> e lapa.atende.net

Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro (a) e equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 28.726, de 30 de abril de 2025.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 DA FORMA DE ENVIO:

Os pedidos deverão ser enviados preferencialmente através do email: licitalapa@gmail.com, ou ainda, protocolados junto a administração no endereço: Rua Barão do Rio Branco, 1709 – fundos – Lapa - PR – CEP 83.750-094, Lapa / Paraná

O atendimento será feito no horário das 09h às 12h e das 13:30h às 17h.

Maiores informações podem ser obtidas através dos fones: (41) 3547-8029 e 3547-8030.

5.1. O pedido de impugnação deverá ser apresentado em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

5.2 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

5.2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame e que serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2.2.. O pedido de impugnação deverá ser apresentado em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

5.3 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma utilizada para a realização do Pregão eletrônico.

5.3.1. Após o julgamento em definitivo da aceitabilidade das propostas, e da análise dos documentos de habilitação será oportunizado aos licitantes o prazo mínimo de 10 (dez) minutos para manifestação da intenção de recursos.



5.3.1.1. Neste momento não cabe ao agente de contratação analisar o mérito do apontamento, cabendo apenas avaliar o atendimento dos pressupostos básicos da manifestação.

5.3.1.2. Aceita a intenção de recursos, o licitante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para expor suas razões no campo próprio da plataforma.

5.3.1.3. Atendido o previsto no item 5.3.1.2, os demais licitantes ficam convocados para se quiserem, apresentarem suas contrarrazões, igualmente no prazo de 03 (três) dias úteis.

5.4 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, em <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e no portal lapa.atende.net.

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema eletrônico disponível em lapa.atende.net, através de consulta pública, usando o número da licitação.

6 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

6.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: MENOR PREÇO POR ITEM

6.1.1. Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores estimados que serão considerados máximos, conforme estabelece o art. 59, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. O intervalo mínimo entre os lances ofertados é de R\$0,01.

6.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.2.1- O critério de julgamento adotado será o menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

6.2.2- A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de entrega por **preço por item**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021.

6.3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias.

6.4 PROPOSTA PARCIAL:

6.4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

6.5 RESERVA DE ITENS PARA ME E EPP:

Somente poderão participar da disputa dos itens caracterizados como exclusivos para ME/EPP, assim descritos no Anexo I, as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência, se houverem, conforme disposição no anexo I do edital.



Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do (s) itens(s) reservado(s) e do(s) itens(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.6 CONSÓRCIO:

Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e aquelas estabelecidas neste edital.

6.6.1 As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

6.6.2 O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:

- a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.6.3 Os Documentos de Habilitação (Anexo III) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

6.6.4 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.

6.6.5. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

6.6.6 A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

6.6.7. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

6.6.8 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

6.6.9. Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

6.6.10 Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.

6.7 AMOSTRA: Não é exigida a apresentação de amostras.



6.8 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;
- Anexo III - Documentos de Habilitação;
- Anexo IV – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo V – Modelo de Procuração;
- Anexo VI – Modelo de Declaração;
- Anexo VII – **Minuta de Contrato**;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD.



7 - CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

7.1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do COMPRASNET, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração promotora do certame, a Prefeitura Municipal da Lapa - PR.

7.1.3 O (a) pregoeiro (a) exercerá as atribuições previstas no artigo 8º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração promotora do certame o COMPRAS GOVERNAMENTAIS (Comprasnet), conforme instruções que podem ser obtidas na página www.gov.br/compras ou, ainda, por meio dos telefones (41) - 3547-8029 e 3547-8030.

7.1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal COMPRAS GOVERNAMENTAIS (Comprasnet) implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, incluindo a responsabilidade pelas propostas apresentadas e lances ofertados.

7.1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de possíveis convocações, bem como de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

7.2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

7.2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 7.1 do presente Edital.

7.2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

7.2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

7.2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 7.2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

7.2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 7.2.3.2;

7.2.3.4 se encontrem sob falência, recuperação judicial e recuperação extra-judicial, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

7.2.3.4.1 Empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem possuir capacidade econômica e comprovem que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

7.2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



7.2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal da Lapa-PR, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

7.2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

7.2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

7.2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

7.2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

7.2.7. FICAM IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DO CERTAME, AS EMPRESAS SANCIONADAS NESTE ENTE FEDERATIVO, CONFORME ARTIGOS 14, III E 156, III DA LEI 14.133/2021.

7.3 PROPOSTA INICIAL

7.3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

7.3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

7.3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, se for o caso.

7.3.2 A proposta de preço inicial, elaborada conforme modelo do anexo IV, deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

7.3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

7.3.3. A verificação da conformidade da proposta quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, será feita exclusivamente na fase de julgamento e apenas em relação à proposta mais bem classificada.

7.3.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.5 A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3.6. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutável, bem como, aquelas em que não haja a indicação da marca/fabricante do produto ofertado (quando exigido), do número de registro na Anvisa/ Comprovante de isenção (quando exigido), ou ainda.

7.3.6.1. Não será aceita proposta para os itens quando não comprovado o atendimento as especificações técnicas mínimas exigidas no edital.

7.4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.4.1.1 Valor unitário e total do item, com duas casas decimais, salvo orientação em contrário do pregoeiro;

7.4.1.2 Marca; se for o caso;



7.4.1.3 Fabricante, se for o caso;

7.4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações indispensáveis à especificação do objeto constante Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

7.4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

7.4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

7.4.4.1 **A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.**

7.4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.4.6. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

7.5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.5.2 O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.5.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

7.5.3 Todos os licitantes participarão da fase de lances, observados os critérios estabelecidos pelo modo de disputa definido neste Edital.

7.5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

7.5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento fixado neste Edital.

7.5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5.8 O modo de disputa será **ABERTO E FECHADO**.

7.5.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.



7.5.12 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.5.13 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.5.14 O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.5.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.5.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006-

7.5.17 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.5.18 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.5.19 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5.20 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.5.22 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.5.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.5.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5.24.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02(DUAS) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



7.5.24.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 7.5.24.2.

7.5.25 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) estimado(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.6.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.6.2.2 No caso de bens e serviços em geral, poderá ser considerado indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, cabendo ao licitante comprovar a exequibilidade quando solicitado pelo pregoeiro.

7.6.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.6.5 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02(duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.5.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.6.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

7.6.5.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.6.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.7 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

7.6.8 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



7.6.8.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.6.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.6.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.6.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.7.1. Todos os participantes deverão encaminhar a proposta (**conforme modelo do Anexo IV**) e os documentos de habilitação (**conforme Anexo III**) – exclusivamente via sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, **se disponível esta funcionalidade na plataforma indicada para realização da licitação, ou após convocação feita pelo pregoeiro**, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos. Sendo necessário a apresentação de nova proposta (readequada), ou de documentos complementares, estes deverão ser anexados em campo próprio em até 02(duas) horas após a solicitação do pregoeiro.

7.7.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de **habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores utilizado pelo Município da Lapa-PR – SICAF – Governo Federal**, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

7.7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de possíveis convocações ou de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas registradas no sistema, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da etapa competitiva.

7.8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

7.8.1. A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, se disponível, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo e dados bancários do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o



valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido neste edital.

7.8.1.1. A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos fixados pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

7.8.1.2. Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

7.8.1.3. Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais, após a vírgula, salvo orientação em contrário. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

7.8.2. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo IV.

8. OS RECURSOS

8.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas no prazo de, no mínimo 10(dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inhabilitação, quando houver inversão de fases, manifestar sua intenção de recorrer de forma imediata, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

8.1.1. As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio no sistema.

8.1.2. Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio no sistema.

8.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

8.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

8.4. Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema eletrônico.

8.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo (a) pregoeiro (a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

9.2. Excepcionalmente será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, desde que devidamente justificado pela autoridade competente.

10. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

10.1. O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo de **05(cinco) dias úteis**, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante,



sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

10.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

10.1.1.1. Na situação acima a Administração deverá certificar-se de que o Contrato/Ata de Registro de Preços devolvido(a), assinado(a) pela Contratada, não sofreu qualquer alteração.

10.2. Para a assinatura do contrato ou a ata de registro de preços, o adjudicatário deverá estar credenciado no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10.3. Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

10.4 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) através de transferência bancária/depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

10.5. Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 10.2 e 10.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

10.5.1. A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

10.5.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 10.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

10.6. A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

10.6.1. O imposto de renda de pessoas jurídicas ocorrerá na fonte tanto para bens, quanto prestação de serviços, conforme Instrução Normativa nº 1.234 de 2012 da Receita Federal do Brasil.

10.6.2. Aos serviços sujeitos ao pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza, ISSQN, constantes na relação em anexo a Lei Complementar nº 11 de 02 de outubro de 2017, aplica-se no que couber o previsto no Decreto Municipal nº 27347/2023.

10.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---

10.8. Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas, para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 desta Lei, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações punidas com a sanção de advertência, prevista no art. 156, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações punidas com a sanção de impedimento para licitar e contratar, prevista no art. 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações punidas com a sanção de declaração de inidoneidade, prevista no art. 156, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

d) moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias de atraso.

*I - O atraso superior a **20 dias** autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

e) compensatória de **15 % (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto no art. 156, § 1º, incisos I a V da Lei nº 14.133/2021.

11.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

11.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

11.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município da Lapa-PR.

11.7. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

12 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA/ CONTRATO



12.1 - Compete ao Gestor da ATA/Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação, em especial as seguintes:

I- Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

II- Acompanhar a celebração dos contratos e termos aditivos;

III - manter controle individualizado de cada Contrato;

IV- Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização de Contrato, fiscalização administrativa, fiscalização setorial e fiscalização de obras e/ou projetos, além dos atos preparatórios à instrução processual e à formalização dos procedimentos de prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, dentre outros;

V- Verificar junto aos Fiscais de Contrato se os prazos de entrega, especificações, preços, valores e quantidades de bens e serviços encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual e assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

VI- Verificar junto aos Fiscais de Obras e/ou Projetos se os prazos do cronograma de obras, as medições de entrega, especificações, preços, valores, materiais aplicados encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual e assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

VII- Efetuar o levantamento da necessidade da unidade executora, verificar a existência de previsão orçamentária, emitir a requisição ao Comitê de Despesas do Município, após a autorização do ordenador de despesas;

VIII- Conferir a existência de designação de Fiscal do Contrato, de Fiscal de Obras e/ou Projetos e da Comissão Fiscal Administrativa Setorial, esta última quando for o caso, para cada contrato celebrado pela Administração Municipal, sob sua responsabilidade, e da indicação formal de preposto pelo contratado;

IX- Deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado, a serem executados pelos fiscais designados do contrato, administrativo e quando for o caso pelo fiscal de obras e/ou projetos ou da Comissão Fiscal Administrativa Setorial;

X- Prover os fiscais designados: Fiscal do Contrato, Comissão Fiscal Administrativa Setorial e, quando for o caso, o Fiscal de Obras e/ou Projetos, das informações necessárias ao exercício das atividades de fiscalização e supervisionar as atividades relacionadas ao adimplemento do objeto contratado;

XI- Controlar os prazos de vencimentos dos contratos dos serviços de caráter continuado e manter o Fiscal do Contrato informado;

XII- Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação;

XIII- Controlar o saldo quantitativo e financeiro, e também o prazo de vigência contratual, sendo que com 90 (noventa) dias de antecedência, deverá solicitar à unidade executora do objeto as medidas necessárias para renovação do Contrato, bem como a sua instrução, ou a realização de nova licitação e para que sejam tomadas providências para evitar a descontinuidade do Contrato;

XIV- Encaminhar o requerimento da contratada de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do Contrato à autoridade competente;

XV- Comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos dos prazos de entrega e de execução do objeto;

XVI- Realizar, quando couber, as glosas de acordo com os percentuais determinados, nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo ou a readequação contratual não for necessária;



- XVII- Promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e adequação da sua vigência e do seu valor;
- XVIII- Documentar nos processos todos os fatos dignos de interesse administrativo;
- XIX- Analisar e instruir o processo com informações, dados e requerimento/manifestação da contratada, pertinentes à alteração de valores do Contrato, em razão de reajuste de preços, repactuação, revisão ou alteração do objeto, para acréscimo ou supressão, controlando os respectivos limites de créditos orçamentários disponíveis, e encaminhar o processo à autoridade superior para decisão;
- XX- Receber as notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato, Fiscal de Obras e/ou Projetos e pela Comissão Fiscal Administrativa Setorial, esta última quando for o caso, e encaminhá-las para o setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos, devendo ser efetuado um controle atualizado dos pagamentos em ordem cronológica;
- XXI- Elaborar ou solicitar ao Fiscal do Contrato ou ao Fiscal de Obras e/ou Projetos justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do Contrato pela Administração Municipal;
- XXII- Realizar o acompanhamento e a guarda do Registro de Ocorrências elaborado pelo(s) fiscal(is) do Contrato, fiscal(is) administrativo(s), fiscal(is) setorial ou fiscal (is) de obras e/ou projeto;
- XXIII- Registrar as informações necessárias nos sistemas informatizados utilizados pela Administração Municipal e mantê-los atualizados;
- XXIV- Propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;
- XXV- Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação efetuada pela fiscalização;
- XXVI- Comunicar à autoridade competente as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação vigente;
- XXVII- Adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e de rescisão contratual, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação vigente;
- XXVIII- Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços e solicitar formalmente à empresa contratada a substituição do objeto que não atenda à descrição contida no instrumento convocatório e/ou na proposta financeira;
- XXIX- Exigir o previsto no Contrato, sendo que qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao seu superior, acompanhada das justificativas;
- XXX- Apresentar à autoridade competente, quando solicitado, relatório circunstanciado da gestão do Contrato;
- XXXI- Proceder à obrigatória verificação na liquidação de despesa, para fins da apuração da importância correta a ser paga, a quem deve ser paga (CNPJ), a que objeto se refere o pagamento, se o serviço foi completamente realizado e se as obrigações fiscais e sociais trabalhistas foram cumpridas, bem como os recolhimentos do FGTS e INSS, nas contratações de serviços que envolvam mão de obra terceirizadas;
- XXXII- Realizar o recebimento definitivo do objeto dos contratos, em consonância com o previsto neste Regulamento;
- XXXIII- Propor medidas que melhorem a execução do Contrato;
- XXXIV- Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, contábeis ou jurídicas;
- XXXV- Receber da Comissão Fiscal Administrativa Setorial os apontamentos sobre problemas com os empregados das empresas contratadas e solicitar ao preposto providências, e em último caso solicitar formalmente à empresa contratada a substituição dos empregados prestadores de serviço;



XXXVI- Encaminhar à Divisão de Contratos o processo de execução e o respectivo relatório sobre sua conclusão ao término da execução do Contrato;

XXXVII- Outras atividades compatíveis com a função.

XXXVII- No caso específico de obras e prestação de serviços de engenharia cumpre ainda ao Gestor de Contrato:

I - Receber a Nota Fiscal e, conforme exigências previstas em Edital, conferir, no prazo de 3 (três) dias úteis, se está acompanhada dos itens a seguir, quando couber, emitindo o respectivo check list, para posterior encaminhamento à área financeira/administrativa da unidade executora do objeto:

- a) comprovante de pagamento de salário;
- b) comprovante de recolhimento e regularidade perante o INSS;
- c) comprovante de recolhimento e regularidade do FGTS e relatório da SEFIP;
- d) guia rescisória do FGTS, se houver demissões no período;
- e) relação de demissões com TRCT - Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, ou relatório do CAGED, se houver demissões no período;
- f) apresentação dos cartões de ponto ou comprovação do controle de jornada, quando solicitado;
- g) comprovante de regularidade do prestador nos órgãos competentes.

II - Remeter, após a conferência, os documentos citados no inciso anterior, ao setor financeiro/administrativo da unidade executora do objeto que verificará a regularidade fiscal e demais atos;

III - sem prejuízo das atribuições do(s) fiscal(is) do Contrato e do fiscal (is) de obras e/ou projeto e ou da Comissão Fiscal Administrativa Setorial, notificar à contratada, estabelecendo prazo para o fiel cumprimento das obrigações contratuais ou para que dê início à correção dos defeitos ou desconformidades com o objeto da contratação, constatados durante a sua execução ou após o recebimento provisório, bem como informar à autoridade competente as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto;

IV - Conduzir os procedimentos de finalização do processo à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada;

V - Comunicar a área competente, com antecedência mínima de 90(noveenta) dias, da necessidade de abertura de nova licitação, antes de finda a obra e/ou a prestação de serviços de engenharia.

13 – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA/ CONTRATO

13.1 - Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal da ATA/Contrato:

I- Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

II- Dar ciência na Portaria que o designou como Fiscal do Contrato;

III- Conhecer as leis e normas referenciadas no Contrato;

IV- Averiguar o cumprimento de todas as cláusulas do Contrato;

V- Acompanhar o cronograma da execução do Contrato;

VI- Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais definidos na Lei de Licitações;

VII- Elaborar registro próprio e individualizado para cada Contrato, no qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, e as informações das ações necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados, contendo os seguintes documentos:

- a) cópia do Contrato;



- b) cópia do Edital e proposta;
- c) comunicações com o Ordenador de Despesa;
- d) comunicações com o gestor do contrato;
- e) comunicações com o preposto;
- f) comunicações diversas relativas ao Contrato;
- g) diligências;
- h) registro de ocorrências.

VIII- Manifestar-se quanto ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e outras situações que exijam conhecimento técnico do objeto, quando solicitado;

IX- Verificar se a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital de licitação e no instrumento de Contrato e seus anexos;

X- Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

XI- Expedir, por meio de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

XII- Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

XIII- Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

XIV- Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

XV- Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

XVI- Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

XVII- Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

XVIII- Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

IXX- Receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XX- Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais, inclusive reequilíbrio;

XXI- Verificar a correta aplicação dos materiais;

XXII- Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido da promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XXIII- Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento provisório do objeto contratado, quando for o caso;

XXIV- Informar ao Gestor de Contrato, as ocorrências que possam prejudicar o fornecimento ou a prestação do serviço, por meio de Comunicação de Ocorrência, e apresentá-la em conjunto com o Gestor de Contrato à autoridade superior juntando a esta os documentos que comprovem os fatos alegados;;

XXV- Elaborar Relatório de Análise Técnica, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca da execução do Contrato, em consonância com suas atribuições, para fins de recebimento definitivo do objeto;

XXVI- Recusar formalmente o serviço ou fornecimento irregular ou em desconformidade com as condições previstas no Edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de Contrato e seus anexos;



XXVII- Comunicar formalmente ao Gestor de Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente ou outro qualquer, que possa comprometer a execução contratual e seu efetivo resultado;

XXVIII- Dar ciência ao Gestor de Contrato, com antecedência razoável, conforme prazo previsto em Contrato, da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as justificativas apresentadas pela contratada;

XXIX- Informar ao Gestor de Contrato a ocorrência de inexecução total ou parcial do Contrato ou, ainda, o descumprimento de condições estabelecidas no Edital de licitação ou documento equivalente, que enseje a abertura de processo administrativo para apuração dos fatos.

XXX- Comunicar ao Gestor de Contrato, formalmente e com antecedência, o seu afastamento das atividades de fiscalização para que, caso julgado necessário, seja convocado seu suplente;

XXXI- Apresentar ao Gestor de Contrato, ao término do Contrato ou quando solicitado, relatório, pronunciando-se pela regular execução do objeto contratado;

XXXII- Subsidiar de informações a elaboração de atestados, certidões e declarações de capacidade técnica de fornecedores e prestadores de serviços, quando houver solicitação pelo fornecedor;

XXXIII- Solicitar à autoridade superior a contratação de terceiro para auxiliá-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto da fiscalização, quando couber;

XXXIV- Acompanhar, em conjunto com o Gestor de Contrato, o saldo quantitativo e financeiro e também o prazo de vigência contratual;

XXXV- Comunicar ao Gestor de Contrato, a qualquer tempo, as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do objeto, as indicações de glosas, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade e demais informações necessárias ao fiel acompanhamento da execução contratual, e com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência, a necessidade de prorrogações e alterações do Contrato ou a abertura de nova licitação;

XXXVI- Encaminhar ao Gestor de Contrato as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;

XXXVII- Providenciar ao término da execução contratual o arquivamento dos registros dos contratos e encaminhar ao Gestor de Contrato o processo de execução e o respectivo relatório sobre sua conclusão;

XXXVIII- No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XXXVII:

a). Manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

b). visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c). verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

XXXVIII - outras atividades compatíveis com a função.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.



14.3. É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5. A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 120 (cento e vinte) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7. Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8. O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.10. O foro é o da Comarca do Município da Lapa-PR, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Lapa, 24 de setembro de 2025.

Janaina Piovezan Ribas

Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas Para a Mulher



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência consiste na aquisição de itens de higiene íntima, incluindo: sabonete líquido íntimo, sabonete em barra, lenços umedecidos íntimos, absorventes descartáveis nas versões normal e noturna, conforme descrições, quantidades, unidades de fornecimento, requisitos técnicos e demais especificações constantes conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR MÁX. UNIT. (R\$)	VALOR MÁX. TOTAL (R\$)
01	Absorvente higiênico descartável, individualmente embalado, destinado à higiene íntima feminina durante o período menstrual. Deve possuir as seguintes características mínimas: Composição: Camada superior com toque seco que proporciona rápida absorção e sensação de pele seca; núcleo absorvente com gel ou polímero superabsorvente; camada inferior impermeável para evitar vazamentos. Formato anatômico, com abas laterais adesivas para melhor fixação na roupa íntima. Embalagem individual, preferencialmente em material que garanta a integridade e higiene do produto. Livre de perfumes e componentes que possam causar irritações ou alergias. Capacidade de absorção: fluxo moderado a intenso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Embalagem com, no mínimo, 32 unidades cada.	Pacotes	450	12,63	5.683,50
02	Absorvente higiênico feminino descartável, indicado para uso noturno ou para fluxo intenso, com maior capacidade de absorção e maior comprimento em relação ao modelo diurno. Deve atender às seguintes especificações mínimas: Composição: Camada superior com toque seco para proporcionar rápida absorção e sensação de pele seca; núcleo absorvente com gel ou polímero superabsorvente; camada inferior impermeável para evitar vazamentos. Formato anatômico, com abas adesivas para melhor fixação na roupa íntima e maior proteção lateral. Dimensões compatíveis com uso noturno (absorção prolongada e cobertura estendida). Embalagem primária: Pacote com, no mínimo, 30 (trinta) unidades. Embalagem individual de cada	Pacotes	450	18,55	8.347,50



	absorvente, Produto livre de fragrâncias ou outras substâncias que possam causar irritações ou reações alérgicas. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega. Produto devidamente registrado e/ou regularizado junto aos órgãos de vigilância sanitária competentes, conforme legislação vigente.				
03	Sabonete líquido especialmente formulado para a higienização da região íntima feminina, atendendo aos seguintes requisitos mínimos: Produto líquido para higiene íntima, com pH equilibrado (aproximadamente entre 4,0 e 5,5), compatível com o pH natural da mucosa vaginal, que ajuda a manter o equilíbrio da flora vaginal. Fórmula hipoalergênica, testada dermatologicamente, que minimiza riscos de alergias, irritações e sensibilizações. Com ingredientes suaves, sem substâncias agressivas como parabenos, corantes ou fragrâncias fortes que possam causar desconforto. Embalagem com capacidade mínima de 200 ml, em material resistente e vedado, facilitando o uso e armazenamento. Produto bacteriologicamente seguro, com registro ou regularização conforme normas da vigilância sanitária. Indicado para uso diário, garantindo higiene adequada sem ressecar ou agredir a pele. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	Unidades	450	12,22	5.499,00
04	Sabonete em barra, com formulação neutra, indicado para higienização diária da pele de todas as faixas etárias, incluindo peles sensíveis. Deve atender aos seguintes requisitos mínimos: Produto em barra com peso mínimo de 80 gramas. Formulação neutra, sem fragrâncias, corantes ou aditivos agressivos que possam irritar a pele. pH próximo ao neutro (entre 5,5 e 7,0), adequado para manter o equilíbrio natural da pele. Dermatologicamente testado, adequado para uso em peles sensíveis e para toda a família. Produto biodegradável, isento de substâncias nocivas ao meio ambiente. Embalagem individual que assegure a conservação e higiene do produto. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Produto registrado ou regularizado conforme normas da vigilância sanitária vigente.	Unidades	900	3,35	3,015,00



05	Lenços umedecidos especialmente formulados para a higiene íntima feminina, proporcionando limpeza suave, conforto e sensação de frescor. Devem atender aos seguintes requisitos mínimos: Produto composto por lenços de tecido macios, resistentes e hipoalergênicos. Embebidos em solução líquida com pH equilibrado (aproximadamente entre 4,0 e 5,5), compatível com a região íntima, que ajuda a preservar a flora natural. Fórmula livre de álcool, parabenos, fragrâncias fortes, corantes ou outras substâncias que possam causar irritação ou alergias. Tamanho adequado para uso prático e confortável, entre 15 cm x 20 cm a 20 cm x 20 cm. Embalagem prática com sistema de fechamento hermético, que garante a conservação da umidade e a higiene do produto. Pacotes com 100 unidades. Produto dermatologicamente testado e registrado conforme normas da vigilância sanitária. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	Pacotes	450	10,44	4.698,00
					VALOR TOTAL: R\$ 27.243,00

INFORMAMOS QUE EM CONFORMIDADE COM O ART. 48, I E III DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014:

Todos os itens são exclusivos para ME/EPP.

OBS 1: NO CASO DE ALGUMA DIVERGÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO PREVISTOS NO EDITAL.

Obs 2: Somente serão aceitas propostas para os itens com valor igual ou inferior ao valor máximo estipulado (coluna 6), sendo que o não cumprimento acarretará em desclassificação da proposta.

1.3. O objeto da presente contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme dispõem as disposições do Decreto Municipal nº 26.815/2023.

1.4. Os bens objeto desta contratação são classificados como bens comuns, conforme fundamentação apresentada no Estudo Técnico Preliminar, Anexo II.

1.5. A vigência do presente contrato será de 6 (seis) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



2.1 A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos necessários, encontram-se detalhadamente descritas no tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo II.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, contemplando o ciclo de vida do objeto e as especificações dos produtos, está detalhada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo II.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

A presente contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em consonância com as diretrizes legais vigentes, notadamente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normativas aplicáveis à Administração Pública.

Serão priorizados produtos que apresentem menor impacto ambiental durante seu ciclo de vida, incluindo, mas não se limitando a, utilização de materiais biodegradáveis, redução de embalagens plásticas, ausência de substâncias nocivas à saúde e ao meio ambiente, e possibilidade de reciclagem ou reutilização.

A adoção desses critérios justifica-se pela necessidade de promover o consumo responsável e a redução de impactos ambientais, sem prejuízo à competitividade do certame, considerando que tais requisitos são amplamente atendidos pelo mercado fornecedor.

Além disso, será incentivada a contratação de fornecedores que adotem práticas sustentáveis em seus processos produtivos, promovendo a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável.

Da Indicação de Marcas ou Modelos:

(Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. A presente contratação não indicará marcas ou modelos específicos, salvo quando imprescindível para garantir a compatibilidade, qualidade, segurança ou padronização dos produtos a serem adquiridos, em estrita observância ao disposto no artigo 18 da Lei nº 14.133/2021.

Quando necessária, a indicação de marcas ou modelos será devidamente justificada e acompanhada de especificações técnicas detalhadas que assegurem a igualdade de condições entre os fornecedores, resguardando o princípio da isonomia e a livre competição.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, ficando vedada a transferência das obrigações assumidas pelo contratado a terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração, conforme previsto na legislação vigente.

Garantia da contratação



4.4. Não será exigida a prestação de garantia contratual prevista nos artigos da Lei nº 14.133/2021.

Obrigações da CONTRATADA

Fornecer os produtos em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;

Garantir que os produtos atendam aos requisitos de qualidade, validade e regularização sanitária junto aos órgãos competentes;

Realizar a entrega nos prazos, locais e condições estabelecidas;

Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e integridade dos produtos até a entrega;

Substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, os produtos que apresentarem irregularidades, defeitos ou desconformidade com as especificações;

Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do contrato;

Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto;

Obrigações da CONTRATANTE

Receber e conferir os produtos entregues, verificando sua conformidade com as especificações;

Atestar as notas fiscais/faturas para fins de pagamento;

Efetuar o pagamento nas condições e prazos estabelecidos;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado;

Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto;

Aplicar as sanções administrativas, quando cabíveis;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á mediante entregas parceladas, conforme demanda da Administração, durante o período de vigência do contrato, observando-se as condições, prazos e local de entrega definidos no Termo de Referência e no Edital.

As entregas dos itens deverão ocorrer no local designado pela contratante, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência e no Edital após o recebimento da solicitação formal (ordem de fornecimento ou equivalente), devidamente acompanhadas de nota fiscal e em conformidade com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório.



O recebimento dos produtos observará as regras previstas nos artigos da Lei nº 14.133/2021, podendo ser:

- Provisório, para fins de conferência e inspeção;
- Definitivo, após verificação da conformidade dos produtos com as exigências contratuais.

O fornecedor deverá garantir que os produtos entregues estejam dentro do prazo de validade, em perfeitas condições de uso, armazenagem e segurança sanitária, e que atendam integralmente às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais regulamentações pertinentes.

Condições de Entrega

O prazo para entrega dos bens será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento do respectivo empenho ou da ordem de fornecimento emitida pela Administração, conforme o caso.

Na hipótese de impossibilidade de cumprimento do prazo estipulado, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração as razões que justificam o atraso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para a entrega, para fins de análise do eventual pleito de prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 mediante justificativa formal da contratada e anuência da Administração, ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito devidamente comprovados.

Os bens deverão ser entregues nas dependências da(s) unidade(s) indicada(s) pela Administração, localizadas no Município, conforme informado em cada ordem de fornecimento, correndo por conta exclusiva da contratada todas as despesas com transporte, seguros, descarregamento e demais encargos até o local designado.

O local exato, bem como as condições específicas de entrega, serão comunicados oportunamente por meio da solicitação formal emitida pela Administração, devendo a contratada observar rigorosamente os prazos e horários estabelecidos.

A Administração reserva-se o direito de recusar, total ou parcialmente, o fornecimento que estiver em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, obrigando-se a contratada à substituição dos itens, às suas expensas.

Os itens deverão apresentar-se em perfeitas condições de uso, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da entrega, salvo especificação em contrário.

Garantia, manutenção e assistência técnica

Os bens fornecidos deverão possuir garantia legal mínima de 30 (trinta) dias, conforme disposto no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), contados a partir do recebimento definitivo dos produtos pela Administração.

Durante o período de garantia, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação, vícios ocultos ou quaisquer irregularidades deverão ser substituídos ou reparados pela contratada, no prazo máximo estabelecido pela Administração, sem quaisquer ônus adicionais para o contratante, assegurando-se o pleno atendimento às finalidades do objeto contratado.



Tendo em vista que os produtos a serem adquiridos são classificados como bens de consumo imediato e não durável, não será exigida a prestação de serviços de manutenção ou assistência técnica, salvo disposição contratual expressa em sentido contrário.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Referente ao Gestor de Contrato:

- O Gestor do Contrato será:
- Márcia Hoffmann Siben
- Matrícula: 4856
- Cargo Do Servidor: Coordenadora Financeira, Orçamentária e de Gestão de Fundos
- Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher/ Órgão Gestor
- Telefone: 041 3547-8064
- e-mail: finaceirosocialapa@yahoo.com.br
- analisar a documentação que antecede o pagamento;
- analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

Referente ao Fiscal do Contrato:

6.2. A Fiscal do Contrato será:

- Ângela Krainski Dallabona
- Matrícula: 82141
- Cargo Do Servidor: Diretora Geral de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher
- Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher/ Órgão Gestor
- Telefone: 041 3547-8064

6.3. A Suplente do contrato será:

- Rosangela De Fátima Marcondes De Azevedo



- Matrícula: 1340
- Cargo Do Servidor: Divisão de Prestação de Contas, Patrimônio e Almoxarifado
- Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher/ Órgão Gestor
- Telefone: 041 3547-8064
- e-mail: socialapa@yahoo.com.br

6.3.1. Adotar medidas preventivas para controle dos contratos, incluindo manifestação sobre a suspensão da entrega de bens;

6.3.2. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;

6.3.3. Manter contato com o preposto da contratada e, se necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para resolução de problemas na entrega dos bens;

6.3.4. Emitir parecer técnico em pedidos de alterações contratuais;

6.3.5. Verificar a correta aplicação dos materiais;

6.3.6. Solicitar testes, exames e ensaios às empresas, quando necessários, para controle de qualidade dos bens adquiridos;

6.3.7. Realizar, conforme art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado, quando aplicável;

6.3.8. Propor à autoridade competente a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade;

6.3.9. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por irregularidades, imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando em corresponsabilidade da Administração ou seus agentes, conforme arts. 119 e 120 da Lei nº 14.133/2021;

6.3.10. O representante da Administração deve registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando data e nome dos envolvidos, determinando as ações necessárias para a regularização e encaminhando os registros à autoridade competente;

6.3.11. O fiscal deve verificar eventual subdimensionamento da produtividade pactuada, sem prejuízo da qualidade do serviço, e comunicar à autoridade responsável para adequação contratual, respeitando os limites previstos no Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, no ato do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do término do prazo previsto no item 7.3.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa fundamentada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, relativamente à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para fins de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não interrompe nem suspende o prazo para recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a responsabilidade técnica e ética pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, conforme disposto nesta Seção, prorrogável uma única vez por igual período, nos termos do art. 7º, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo previsto no item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente contém os elementos essenciais ao documento fiscal, incluindo, mas não se limitando a:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) identificação do contrato e do órgão contratante;
- d) período de execução contratual correspondente;



e) valor a ser pago;

f) destaque de eventuais retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado adote as medidas necessárias para a regularização, reiniciando-se a contagem do prazo após a comprovação do saneamento, sem ônus para a Administração.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal do contratado, a ser verificada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais competentes ou à documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF com a finalidade de:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar eventuais impedimentos legais à participação em licitações ou contratações com o Poder Público, inclusive registros de sanções impeditivas diretas ou indiretas.

7.14. Constatada situação de irregularidade cadastral junto ao SICAF, a Administração notificará o contratado, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, promova a regularização ou, no mesmo prazo, apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do contratante, mediante justificativa.

7.15. Não sendo regularizada a situação ou sendo a defesa apresentada considerada improcedente, o contratante deverá comunicar formalmente os órgãos competentes pela fiscalização da regularidade fiscal acerca da inadimplência do contratado e da existência de valores pendentes de pagamento, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis para salvaguarda dos interesses públicos e recuperação de créditos.

7.16. Persistindo a situação de irregularidade, deverão ser adotadas as medidas necessárias à rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao contratado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

7.17. Enquanto não for formalizada a rescisão contratual, e desde que verificada a efetiva execução do objeto, os pagamentos devidos poderão ser realizados normalmente, conforme disposto na legislação vigente.

Prazo de Pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de finalização da liquidação da despesa, conforme disposto na Seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. Em caso de atraso no pagamento, desde que não tenha concorrido para o atraso, o contratado fará jus ao recebimento de compensação financeira calculada entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo adimplemento da obrigação, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios (valores a serem acrescidos);



$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438;$

$N = \text{Número de dias entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento};$

$VP = \text{Valor da parcela em atraso}.$

7.19.1. O índice de compensação financeira (I) é calculado com base na taxa anual de 6%, conforme demonstrado abaixo:

$TX = \frac{6\% \times 365}{365} = 0,00016438$ Onde: TX = Taxa anual de juros de mora = 6%.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratante.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e demais normas regulamentares aplicáveis.

8.2. Será adotado o critério de julgamento do menor preço, considerando-se o atendimento integral às especificações técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

8.3. A proposta será julgada com base no menor preço por item, conforme detalhamento constante no Quadro de Especificações e Quantitativos, respeitada a compatibilidade com os preços praticados no mercado e os valores estimados pela Administração.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 27.243,00 (vinte e sete mil, duzentos e quarenta e três reais), apurado com base nos valores unitários constantes no



quadro de itens integrantes deste Termo de Referência, obtidos a partir de pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A composição da estimativa levou em consideração as condições de mercado, a especificidade dos itens a serem adquiridos, bem como os riscos inerentes à execução contratual, cuja alocação entre as partes está delineada na matriz de riscos, parte integrante do futuro contrato administrativo.

9.3. A estimativa de preços foi elaborada com base em valores praticados obtidos junto ao Painel de Preços.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Código Reduzido: 847

Órgão: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER

Unidade: 15 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação: 2424 - Gestão de Cofinanciamento Estadual e Federal Fundo a Fundo para Programas, Projetos e Serviços da Política da Criança e do Adolescente

Vínculo: 737 - Acesso a produtos de Higiene Íntima - Deliberação nº 78/2022 e 13/2023-CEDCA/PR Subelemento: 3339032030000000000 - Material destinado a assistência social

11. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO PRODUTO

Não se aplica.

12. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Os bens deverão ser entregues no endereço que constar na Ordem de Compra.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, qual seja, 28 de maio de 2025.

13.2. Decorrido o interregno de 12 (doze) meses, e independentemente de solicitação do contratado, os preços poderão ser reajustados automaticamente pela Administração, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que for mais vantajoso para a Administração Pública, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o novo período de 12 (doze) meses será contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. Na hipótese de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, poderá ser aplicado provisoriamente o último índice disponível, procedendo-se à liquidação da diferença tão logo o(s) índice(s) definitivo(s) venha(m) a ser publicado(s).



13.5. Para fins de cálculo definitivo, será(ão) utilizado(s), obrigatoriamente, o(s) índice(s) oficial(is) e definitivo(s), conforme publicação pelos órgãos competentes.

13.6. Caso o(s) índice(s) previsto(s) para reajuste venha(m) a ser extinto(s), substituído(s) ou deixe(m) de refletir adequadamente a variação dos custos, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser definido na legislação vigente à época.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão, de comum acordo, eleger novo índice oficial para reajustamento dos valores remanescentes, por meio de termo aditivo contratual.

13.8. O reajuste de preços será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, quando não implicar alteração do valor global do contrato

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

multa compensatória de 0,5% a 5%.



ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); multa compensatória de 5% a 30%.

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei); multa compensatória de 15% a 30%.

iv) Multa: (1) moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

(a) O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Nota explicativa 1: O art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, esclarece que “a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei”.

Nota Explicativa 2: Recomenda-se suprimir a sanção relativa à apresentação, reposição ou suplementação da garantia caso esta não seja exigida para a contratação.

(2) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



Assinado eletronicamente por:
**KELLEN APARECIDA DE
TOLEDO MANJSKI**
05/05/2026 14:38:47
Assinatura digital avançada.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



Assinado eletronicamente por:
JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária Municipal de
Assistência Social e Políticas
Públicas Para Mulher
05/05/2026 15:37:24
Assinatura digital avançada.

Gestor(a) de Contrato

Por estar de acordo com o presente Requisição, autorizo a elaboração do Processo pertinente, nos termos da Legislação Vigente.



Assinado eletronicamente por:
JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária Municipal de
Assistência Social e Políticas
Públicas Para Mulher
05/05/2026 15:41:10

Secretário(a) Responsável pela Pasta

Lapa-PR, _____ de _____ de _____



ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 20386

I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de itens de higiene íntima é indispensável para garantir o atendimento adequado às necessidades da população beneficiária, promovendo a saúde, o conforto e a dignidade dos usuários atendidos pelas unidades vinculadas a esta instituição.

Estes materiais, que incluem sabonete líquido íntimo, sabonete em barra, lenços umedecidos íntimos, absorventes descartáveis normais e noturnos, são essenciais para a manutenção das condições básicas de higiene pessoal, prevenindo riscos sanitários e contribuindo para a qualidade dos serviços prestados.

A ausência ou insuficiência desses itens compromete diretamente o atendimento às demandas básicas de higiene, podendo acarretar em prejuízos à saúde pública e ao bem-estar dos usuários, além de impactar negativamente a imagem institucional.

II – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Em atendimento ao disposto no art. 11, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como em conformidade com as orientações estabelecidas pelo Decreto nº 10.947/2022, que regulamenta o Plano Anual de Contratações (PCA) no âmbito da Administração Pública Federal, a presente contratação encontra-se devidamente prevista no referido Plano, garantindo a observância dos princípios do planejamento, da legalidade e da eficiência administrativa.

A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, inserida na linha/item da tabela, correspondente à "aquisição de materiais de higiene, limpeza leve e pesada e descartáveis", estando alinhada ao planejamento institucional, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que, embora a previsão conste de forma genérica no PCA, o objeto pretendido encontra-se devidamente compreendido na referida categoria, não havendo incompatibilidade com o planejamento estabelecido.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação em tela deverá observar um conjunto de requisitos essenciais que visam assegurar a adequação, qualidade, conformidade legal e efetividade na entrega dos produtos, considerando o interesse público e as finalidades institucionais.

1. Requisitos Técnicos Específicos

Itens a serem adquiridos deverão apresentar as seguintes características mínimas:

a) Sabonete Líquido Íntimo:

- Embalagem entre 200 e 250 ml;
- pH equilibrado (compatível com a região íntima);
- Dermatologicamente e ginecologicamente testado;
- Livre de corantes e parabenos;
- Frasco com válvula pump ou tampa flip-top;



- Registro na ANVISA.

b) Sabonete em Barra:

- Peso entre 85g e 100g por unidade;
- Fórmula suave, hipoalergênica;
- pH neutro;
- Embalagem individual, lacrada;
- Registro na ANVISA.

c) Lenços Umedecidos Íntimos:

- Embalagem com no mínimo 16 unidades;
- Fórmula sem álcool, com pH balanceado;
- Dermatologicamente e ginecologicamente testado;
- Embalagem com lacre reutilizável;
- Registro na ANVISA.

d) Absorvente Higiênico Normal:

- Tipo externo, com abas;
- Superfície macia e cobertura seca;
- Capacidade de absorção adequada para fluxo moderado;
- Embalagem individual;
- Registro na ANVISA.

d) Absorvente Higiênico Normal:

- Tipo externo, com abas;
- Superfície macia e cobertura seca;
- Capacidade de absorção adequada para fluxo moderado;
- Embalagem individual;
- Registro na ANVISA.

e) Absorvente Higiênico Noturno:

- Tipo externo, com abas e cobertura anatômica;
- Maior comprimento e absorção para uso prolongado;
- Superfície suave, hipoalergênica;
- Embalagem individual;



- Registro na ANVISA.

2. Requisitos Legais

- Observância da Lei nº 14.133/2021;
- Atendimento às normas da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária);
- Exigência de documentação fiscal, jurídica e técnica válida dos fornecedores;
- Condições contratuais previstas no instrumento convocatório.

3. Requisitos Administrativos

- Capacidade de entrega nos prazos e locais estipulados;
- Garantia de fornecimento contínuo durante a vigência do contrato;
- Possibilidade de substituição de itens com defeito ou fora do padrão;
- Penalidades previstas para descumprimento contratual.

4. Critérios de Sustentabilidade (quando aplicável)

- Preferência por embalagens recicláveis;
- Incentivo à contratação de empresas que adotem práticas sustentáveis e de responsabilidade social.

Considerando que o objeto da contratação compreende o fornecimento de itens de higiene íntima, tais como sabonete líquido íntimo, sabonete em barra, lenços umedecidos íntimos e absorventes descartáveis (normais e noturnos), os quais são classificados como produtos sujeitos à vigilância sanitária, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), faz-se necessária a verificação de sua regularização sanitária.

Os produtos classificados como cosméticos e de higiene pessoal, como sabonetes e lenços umedecidos, estão sujeitos ao regime de notificação ou registro, conforme o grau de risco, enquanto os absorventes higiênicos descartáveis devem atender às normas específicas aplicáveis, incluindo sua regularização sanitária e conformidade com requisitos de segurança, qualidade e rotulagem.

Dessa forma, deverá ser exigido que todos os produtos ofertados estejam devidamente regularizados junto à ANVISA, mediante registro ou notificação, conforme aplicável à sua classificação, bem como atendam às normas vigentes de qualidade, segurança, rotulagem e comercialização.

IV – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A definição das quantidades estimadas para a presente contratação foi realizada com base em levantamento das demandas históricas, projeções de atendimento e necessidades operacionais das unidades administrativas vinculadas ao órgão solicitante, considerando o consumo médio e o número de beneficiários atendidos.

A estimativa busca garantir o equilíbrio entre a suficiência do fornecimento e a economicidade da contratação, evitando tanto o desabastecimento quanto o excesso de estoque, em conformidade com os princípios da eficiência e do interesse público.



ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	Estimativa de valor unitário	Estimativa de valor total
01	Absorvente higiênico descartável, individualmente embalado, destinado à higiene íntima feminina durante o período menstrual. Deve possuir as seguintes características mínimas: Composição: Camada superior com toque seco que proporciona rápida absorção e sensação de pele seca; núcleo absorvente com gel ou polímero superabsorvente; camada inferior impermeável para evitar vazamentos. Formato anatômico, com abas laterais adesivas para melhor fixação na roupa íntima. Embalagem individual, preferencialmente em material que garanta a integridade e higiene do produto. Livre de perfumes e componentes que possam causar irritações ou alergias. Capacidade de absorção: fluxo moderado a intenso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Embalagem com, no mínimo, 32 unidades cada.	PACOTES	450	12,63	5.683,50
02	Absorvente higiênico feminino descartável, indicado para uso noturno ou para fluxo intenso, com maior capacidade de absorção e maior comprimento em relação ao modelo diurno. Deve atender às seguintes especificações mínimas: Composição: Camada superior com toque seco para proporcionar rápida absorção e sensação de pele seca; núcleo absorvente com gel ou polímero superabsorvente; camada inferior impermeável para evitar vazamentos. Formato anatômico, com abas adesivas para melhor fixação na roupa íntima e maior proteção lateral. Dimensões compatíveis com uso noturno (absorção prolongada e cobertura estendida). Embalagem primária: Pacote com, no mínimo, 30 (trinta) unidades. Embalagem individual de cada absorvente, Produto livre de fragrâncias ou outras substâncias que possam causar irritações ou reações alérgicas. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega. Produto devidamente registrado e/ou regularizado junto aos órgãos de vigilância sanitária competentes, conforme legislação vigente.	PACOTES	450	18,55	8.347,50



03	Sabonete líquido especialmente formulado para a higienização da região íntima feminina, atendendo aos seguintes requisitos mínimos: Produto líquido para higiene íntima, com pH equilibrado (aproximadamente entre 4,0 e 5,5), compatível com o pH natural da mucosa vaginal, que ajuda a manter o equilíbrio da flora vaginal. Fórmula hipoalergênica, testada dermatologicamente, que minimiza riscos de alergias, irritações e sensibilizações. Com ingredientes suaves, sem substâncias agressivas como parabenos, corantes ou fragrâncias fortes que possam causar desconforto. Embalagem com capacidade mínima de 200 ml, em material resistente e vedado, facilitando o uso e armazenamento. Produto bacteriologicamente seguro, com registro ou regularização conforme normas da vigilância sanitária. Indicado para uso diário, garantindo higiene adequada sem ressecar ou agredir a pele. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	UNIDADES	450	12,22	5.499,00
04	Sabonete em barra, com formulação neutra, indicado para higienização diária da pele de todas as faixas etárias, incluindo peles sensíveis. Deve atender aos seguintes requisitos mínimos: Produto em barra com peso mínimo de 80 gramas. Formulação neutra, sem fragrâncias, corantes ou aditivos agressivos que possam irritar a pele. pH próximo ao neutro (entre 5,5 e 7,0), adequado para manter o equilíbrio natural da pele. Dermatologicamente testado, adequado para uso em peles sensíveis e para toda a família. Produto biodegradável, isento de substâncias nocivas ao meio ambiente. Embalagem individual que assegure a conservação e higiene do produto. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Produto registrado ou regularizado conforme normas da vigilância sanitária vigente.	UNIDADES	900	3,35	3.015,00
05	Lenços umedecidos especialmente formulados para a higiene íntima feminina, proporcionando limpeza suave, conforto e sensação de frescor. Devem atender aos seguintes requisitos mínimos: Produto composto por lenços de tecido macios, resistentes e hipoalergênicos. Embebidos em solução líquida com pH equilibrado (aproximadamente entre 4,0 e 5,5), compatível com a região íntima, que ajuda a preservar a flora natural. Fórmula livre de álcool, parabenos, fragrâncias fortes, corantes ou outras substâncias que possam causar irritação ou alergias. Tamanho adequado para uso prático e confortável, entre 15 cm x 20 cm a 20 cm x 20 cm. Embalagem prática com sistema de fechamento hermético, que garante a conserva-	PACOTES	450	10,44	4.698,00



	ção da umidade e a higiene do produto. Pacotes com 100 unidades. Produto dermatologicamente testado e registrado conforme normas da vigilância sanitária. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.				
				Estimativa de valor total:	27.243,00

A estimativa dos quantitativos foi realizada com base no número de usuários atendidos pelos serviços e no período previsto de execução da ação, considerando a média de consumo mensal dos itens de higiene íntima por usuário.

A estimativa foi definida de modo a assegurar o atendimento contínuo da demanda, evitando desabastecimento, bem como prevenir aquisições excessivas, em observância aos princípios da economicidade e eficiência.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Com vistas à definição da solução mais adequada às necessidades da Administração, foi realizado levantamento de mercado mediante consultas a bases públicas oficiais, tais como o Painel de Preços do Governo Federal, Banco de Preços e compras realizadas por órgãos da Administração Pública.

A análise de mercado permitiu a identificação de fornecedores com capacidade técnica e operacional para o fornecimento dos itens de higiene íntima, além da verificação da regularidade dos preços praticados, considerando as especificações técnicas e as condições de fornecimento.

Foram observadas ofertas consistentes com o objeto pretendido, com ampla disponibilidade no mercado nacional, o que confirma a viabilidade da contratação por meio de processo licitatório comum, em especial pela modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, por se tratar de bens comuns, com especificações padronizadas e com possibilidade de ampla concorrência.

VI - ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os critérios de hierarquização das fontes definidos na legislação vigente.

A pesquisa de preços foi realizada por meio do Painel de Preços, conforme parâmetros previstos na Lei nº 14.133/2021 e regulamentações aplicáveis, sendo utilizada como fonte referencial para a estimativa dos valores da contratação.



Os preços utilizados como referência foram selecionados com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, observando-se a compatibilidade com a especificação do objeto, a realidade regional e a quantidade a ser contratada.

Com base nas informações coletadas, foi elaborada a média/mediana dos valores praticados, a qual servirá como parâmetro de referência para o processo licitatório.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de fornecedor(es) para o fornecimento de itens de higiene íntima, que compreendem sabonete líquido íntimo, sabonete em barra, lenços umedecidos íntimos, absorventes descartáveis normais e noturnos, destinados ao atendimento das necessidades das unidades vinculadas a esta instituição.

O fornecimento será realizado conforme as especificações técnicas detalhadas, garantindo a qualidade, segurança e eficácia dos produtos, em conformidade com as normas vigentes, especialmente as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A contratação se dará por meio de processo licitatório, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, proporcionando flexibilidade, agilidade e economia na aquisição dos bens ao longo do período contratual.

Adicionalmente, a solução contempla o monitoramento e gestão do contrato por parte da administração, com acompanhamento da qualidade dos produtos fornecidos, cumprimento dos prazos e atendimento às condições estabelecidas, assegurando a regularidade do fornecimento e a satisfação das necessidades institucionais.

Assim, a presente contratação visa garantir a disponibilidade de materiais essenciais à manutenção da higiene pessoal dos usuários, promovendo saúde, dignidade e conforto, além de assegurar a eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

VIII– JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) NA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO.

A contratação será realizada por item, considerando-se a natureza dos produtos — itens de higiene íntima — os quais apresentam características distintas e podem ser ofertados por diferentes fornecedores especializados. Essa forma de parcelamento visa ampliar a competitividade no processo licitatório, possibilitando a participação de empresas com expertise em determinados itens, o que contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração. Com isso, busca-se assegurar maior economicidade, eficiência e atendimento ao interesse público na aquisição dos materiais.

IX – RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação visa assegurar o fornecimento contínuo de itens de higiene íntima, indispensáveis ao atendimento das necessidades das unidades administrativas e dos usuários dos serviços socioassistenciais, contribuindo para a manutenção de condições adequadas de saúde, higiene e bem-estar.

Espera-se, com a execução do contrato, garantir a disponibilidade regular dos produtos, em conformidade com as especificações técnicas e normas sanitárias aplicáveis, evitando desabastecimentos que possam comprometer a continuidade dos atendimentos.



Sob o aspecto da economicidade, a contratação planejada possibilita a aquisição em escala, com obtenção de preços mais vantajosos em relação a aquisições fragmentadas ou emergenciais, reduzindo custos administrativos e otimizando a aplicação dos recursos públicos.

No que se refere à eficiência, a padronização do fornecimento e o planejamento prévio da demanda contribuem para melhor organização das atividades institucionais, reduzindo retrabalho, compras urgentes e descontinuidade no atendimento aos usuários.

Adicionalmente, a contratação promove o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais já disponíveis, ao assegurar que as equipes possam desenvolver suas atividades com suporte adequado, sem necessidade de medidas paliativas ou realocações indevidas. Por fim, busca-se garantir a execução contratual com fornecedores que atendam às exigências legais e técnicas, assegurando regularidade, qualidade e continuidade no fornecimento ao longo da vigência contratual.

X – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não se aplica.

XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

XII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A presente contratação observará, sempre que possível, critérios de sustentabilidade, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), pelo Decreto nº 10.936/2022, e demais normativas aplicáveis à Administração Pública.

Serão priorizados produtos que apresentem menor impacto ambiental durante seu ciclo de vida, considerando aspectos como a utilização de matérias-primas renováveis, biodegradabilidade, redução de embalagens plásticas, ausência de substâncias nocivas à saúde humana e ao meio ambiente, e a possibilidade de reciclagem ou reutilização.

Adicionalmente, a contratação buscará fomentar fornecedores que adotem práticas sustentáveis em seus processos produtivos, tais como o uso racional de recursos naturais, controle de emissões e destinação adequada de resíduos.


A exigência de tais critérios fundamenta-se na necessidade de promover o consumo responsável e a redução de impactos ambientais, sem prejuízo à competitividade do certame, uma vez que se tratam de requisitos amplamente atendidos pelo mercado fornecedor.

XIII – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

De acordo com as informações e análises apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, declaro ser viável e imprescindível a aquisição dos produtos objeto deste processo.

Assinado eletronicamente por:
**KELLEN APARECIDA DE
TOLEDO MANJSKI**
05/05/2026 12:22:32
Assinatura digital averçada

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Por estar de acordo com o presente Estudo Técnico Preliminar, ratifico-o integralmente e, mediante rubrica em todas as folhas. Autorizo a elaboração de Processo pertinente, nos termos da Legislação Vigente.	
 JANAINA PIOVEZAN RIBAS Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas Para Mulher 05/05/2026 15:38:42	Secretaria(a) Responsável pela Pasta
Lapa-PR,	de



ANEXO III

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, exclusivamente via sistema eletrônico em até duas horas após a convocação pelo pregoeiro, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo SICAF, no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e os documentos abaixo descritos, salvo os que já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.2.1 Cédula de Identidade, no caso de pessoa física;
- 1.2.2 Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 1.2.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 1.2.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- 1.2.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- 1.2.6 Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 1.3.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 1.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.3.3 Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 1.3.4 Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);
- 1.3.5 Prova de regularidade perante a Fazenda estadual;
- 1.3.6 Prova de regularidade perante a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 1.3.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal nº 12.440/2011;
- 1.3.8 Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e demais declarações conforme Anexo VI.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

OBS: Para as empresas que optarem por participar através de filial, deverão ser apresentadas as certidões negativas de ambos os CNPJ's para com o cartório distribuidor da comarca onde se encontram instaladas a matriz e a filial.



1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Sem exigência.

1.6 DECLARAÇÕES CONFORME ANEXO VI.

1.7 DECLARAÇÃO LGPD CONFORME ANEXO IX.

1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso:

1.8.1 Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (**ANEXO VIII**);

1.8.2 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.8.2.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.10 Na hipótese do item 1.8.2, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.11 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.12 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz).

1.13 Documentos inseridos deverão ser assinados, preferencialmente, de forma digital.



**ANEXO IV
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO N° xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:		
e-mail:			
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) **ÓRGÃO/ENTIDADE**.

1. Especificações técnicas:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS						
ITEM	CAT MAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ADMITIDO (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL ADMITIDO (R\$)
VALOR TOTAL DA PROPOSTA:						R\$

OBS: Todas as especificações do Termo de Referência, descritivo do objeto, prazo de entrega, prazo de pagamento são fixas e irrevogáveis.

2. A validade da proposta é de **120(cento e vinte) dias**.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

7. O arrematante declara estar ciente e de acordo com todas as condições e exigências do edital e todos os seus anexos.

Local e data

Representante Legal



ANEXO V

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, nº XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, e do CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, nº XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico nº XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

Obs: Ao optar pela assinatura digital, atentar para enviar o documento original que permita a verificação da autenticidade.



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4. DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Que durante a vigência do contrato, tem conhecimento de que é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta colateral ou por afinidade, até o 3º grau de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação, ou atue na fiscalização ou gestão do contrato.

5. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Que atende a todos os requisitos de habilitação definidos no edital e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei.

Local e data.

Nome do representante legal



**ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº/2025,
QUE FAZEM ENTRE SI A MUNICÍPIO DA LAPA/PR,
POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E A EMPRESA**

O MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.020.452/0001-05, com sede administrativa na cidade da Lapa, Estado do Paraná, na Praça Mirazinha Braga, nº 87, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher (nomeada pelo Decreto Municipal nº 28.533, de 26.02.2025 e conforme o Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS, brasileira, casada, advogada, portadora da CIRG nº 9.478.347-0 PR, inscrito no CPF/MF sob nº 063.432.629-54, residente e domiciliado à Rua Carlos Gomes, 209, Centro Lapa-PR, CEP 83.750-009, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Digital nº 21532/2025 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de itens de higiene íntima, incluindo sabonete líquido íntimo, sabonete em barra, lenços umedecidos íntimos, absorventes higiênicos descartáveis (normais e noturnos), visando atender a Deliberação Estadual 78/2022, do CED-CA/PR que institui o Incentivo “Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I).

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unidade	Quant	Valor unitário	Valor total
------	-----------	---------	-------	----------------	-------------

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A execução do objeto dar-se-á mediante entregas parceladas, conforme demanda da Administração, durante o período de vigência do contrato, observando-se as condições, prazos e local de entrega definidos no Termo de Referência e no Edital.

3.2. As entregas dos itens deverão ocorrer no local designado pela contratante, no prazo máximo estabelecido em edital/contrato após o recebimento da solicitação formal (ordem de fornecimento ou equivalente), devidamente acompanhadas de nota fiscal e em conformidade com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório.

3.3. O recebimento dos produtos observará as regras previstas nos arts. 140 a 144 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser:

- **Provisório, para fins de conferência e inspeção;**

- **Definitivo, após verificação da conformidade dos produtos com as exigências contratuais.**

3.4. O fornecedor deverá garantir que os produtos entregues estejam dentro do prazo de validade, em perfeitas condições de uso, armazenagem e segurança sanitária, e que atendam integralmente às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais regulamentações pertinentes.

3.5. Condições de Entrega

3.5.1. O prazo para entrega dos bens será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento do respectivo empenho ou da ordem de fornecimento emitida pela Administração, conforme o caso.

3.5.2. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento do prazo estipulado, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração as razões que justificam o atraso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para a entrega, para fins de análise do eventual pleito de prorrogação, nos termos do artigo 141 da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito devidamente comprovados.

3.5.3. Os bens deverão ser entregues nas dependências da(s) unidade(s) indicada(s) pela Administração, localizadas no Município, conforme informado em cada ordem de fornecimento, correndo por conta exclusiva da contratada todas as despesas com transporte, seguros, descarregamento e demais encargos até o local designado.

3.5.4. O local exato, bem como as condições específicas de entrega, serão comunicados oportunamente por meio da solicitação formal emitida pela Administração, devendo a contratada observar rigorosamente os prazos e horários estabelecidos.

3.5.5. A Administração reserva-se o direito de recusar, total ou parcialmente, o fornecimento que estiver em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, obrigando-se a contratada à substituição dos itens, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização do contrato.

3.5.6. Os itens deverão apresentar-se em perfeitas condições de uso, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da entrega, salvo especificação em contrário.



3.6. Garantia, manutenção e assistência técnica

3.6.1. Os bens fornecidos deverão possuir garantia legal mínima de 30 (trinta) dias, conforme disposto no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), contados a partir do recebimento definitivo dos produtos pela Administração.

3.6.2. Durante o período de garantia, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação, vícios ocultos ou quaisquer irregularidades deverão ser substituídos ou reparados pela contratada, no prazo máximo estabelecido pela Administração, sem quaisquer ônus adicionais para o contratante, assegurando-se o pleno atendimento às finalidades do objeto contratado.

3.6.3. Tendo em vista que os produtos a serem adquiridos são classificados como bens de consumo imediato e não durável, não será exigida a prestação de serviços de manutenção ou assistência técnica, salvo disposição contratual expressa em sentido contrário.

4. CLAUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1. Referente ao Gestor de Contrato:

4.1.1. A Gestora do Contrato será: SRA. MÁRCIA HOFFMANN SIBEN Matrícula: 4856, Telefone: (41) 3547-8064, e-mail: socialapa@yahoo.com.br, conforme Portaria nº 08 de 11 de março de 2025 da Secretaria de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher.

4.1.2. analisar a documentação que antecede o pagamento;

4.1.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

4.1.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

4.1.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

4.1.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

4.1.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

4.1.8. inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

4.1.9. Demais atribuições na Seção V, Art. 28 e 29 do Decreto nº 26.815 de 31 de março de 2023.

4.2. Referente ao Fiscal do Contrato:

4.2.1. A Fiscal do Contrato será: **SRA. ANGELA KRAINSKI DALLABONA**, matrícula 82141 Telefone:(41) 3547-8008, E-mail: socialapa@yahoo.com.br - telefone: (41) 3547-8064, Portaria nº 08 DE 11 de Março de 2025;

4.2.2. A Suplente do contrato será: **SRA. ROSANGELA DE FÁTIMA MARCONDES DE AZEVEDO** - Matrícula: 1340, E-mail: socialapa@yahoo.com.br - telefone: (41) 3547-8064, Portaria nº 08 DE 11 de Março de 2025.

4.2.3. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

4.2.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;



- 4.2.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;
- 4.2.6. receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens;
- 4.2.7. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 4.2.8. verificar a correta aplicação dos materiais;
- 4.2.9. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido da promoção de controle de qualidade dos bens a serem adquiridos;
- 4.2.10. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 4.2.11. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade;
- 4.2.12. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 4.2.13. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 4.2.14. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.2.15. Demais atribuições na Seção VI, Art. 30 e 31 do Decreto nº 26.815 de 31 de março de 2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, ficando vedada a transferência das obrigações assumidas pelo contratado a terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração, conforme previsto na legislação vigente.

6. CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

- 6.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ ().

7. CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 7.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.2. Recebimento do Objeto

- 7.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acom-



panhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, no ato do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.2.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do término do prazo previsto no item 7.2.3.

7.2.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. Liquidação

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.3.2. O prazo previsto no item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite estabelecido no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



7.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.3.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.7. Constatada situação de irregularidade cadastral junto ao SICAF, a Administração notificará o contratado, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, promova a regularização ou, no mesmo prazo, apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do contratante, mediante justificativa.

7.3.8. Não sendo regularizada a situação ou sendo a defesa apresentada considerada improcedente, o contratante deverá comunicar formalmente os órgãos competentes pela fiscalização da regularidade fiscal acerca da inadimplência do contratado e da existência de valores pendentes de pagamento, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis para salvaguarda dos interesses públicos e recuperação de créditos.

7.3.9. Persistindo a situação de irregularidade, deverão ser adotadas as medidas necessárias à rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao contratado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

7.3.10. Enquanto não for formalizada a rescisão contratual, e desde que verificada a efetiva execução do objeto, os pagamentos devidos poderão ser realizados normalmente, conforme disposto na legislação vigente.

7.4. Prazo de pagamento

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.4.2. Em caso de atraso no pagamento, desde que não tenha concorrido para o atraso, o contratado fará jus ao recebimento de compensação financeira calculada entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo adimplemento da obrigação, mediante aplicação da seguinte fórmula:



EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios (valores a serem acrescidos);

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.19.1. O índice de compensação financeira (I) é calculado com base na taxa anual de 6%, conforme demonstrado abaixo:

? = ? ? 365 = 6 % 365 = 0 , 00016438 I = 365 TX = 365 6% = 0,00016438 Onde: TX = Taxa anual de juros de mora = 6%.

7.5. Forma de pagamento

7.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5.5. O imposto de renda de pessoas jurídicas ocorrerá na fonte tanto para bens, quanto prestação de serviços, conforme Instrução Normativa nº 1.234 de 2012 da Receita Federal do Brasil.

7.5.6. Aos serviços sujeitos ao pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza, ISSQN, constantes na relação em anexo a Lei Complementar nº 11 de 02 de outubro de 2017, aplica-se no que couber o previsto no Decreto Municipal nº 27347/2023.

7.6. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência (ANEXO I) este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, qual seja, 28 de maio de 2025.

8.2. Decorrido o interregno de 12 (doze) meses, e independentemente de solicitação do contratado, os preços poderão ser reajustados automaticamente pela Administração, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ou do Índice Nacional de Preços ao



Consumidor Amplo (IPCA), o que for mais vantajoso para a Administração Pública, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o novo período de 12 (doze) meses será contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. Na hipótese de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, poderá ser aplicado provisoriamente o último índice disponível, procedendo-se à liquidação da diferença tão logo o(s) índice(s) definitivo(s) venha(m) a ser publicado(s).

8.5. Para fins de cálculo definitivo, será(ão) utilizado(s), obrigatoriamente, o(s) índice(s) oficial(is) e definitivo(s), conforme publicação pelos órgãos competentes.

8.6. Caso o(s) índice(s) previsto(s) para reajuste venha(m) a ser extinto(s), substituído(s) ou deixe(m) de refletir adequadamente a variação dos custos, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser definido na legislação vigente à época.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão, de comum acordo, eleger novo índice oficial para reajustamento dos valores remanescentes, por meio de termo aditivo contratual.

8.8. O reajuste de preços será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, quando não implicar alteração do valor global do contrato.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



9.1.9. A contratante é responsável por pagar à contratada pelo fornecimento dos serviços ou produtos de acordo com os termos e condições acordados no contrato.

9.1.10. A contratante deve fornecer à contratada todas as informações, recursos e assistência necessários para realizar o trabalho ou fornecer os produtos de acordo com o contrato.

9.1.11. A contratante deve cumprir com todos os prazos, condições e obrigações estabelecidos no contrato, incluindo fornecer aprovações e autorizações necessárias dentro dos prazos especificados.

9.1.12. A contratante tem o direito de avaliar a qualidade dos serviços prestados ou dos produtos entregues pela contratada e pode exigir correções ou ajustes se necessário.

9.1.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme previsto no § 4º, do art 333, do Decreto Municipal nº 26.815/2023;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.2.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.2.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.2.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.2.7. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



10.2.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 13.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei); multa compensatória de 0,5% a 5%.
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); multa compensatória de 5% a 30%.
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei); multa compensatória de 15% a 30%.
- iv) **Multa**:



- (1) moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - (a) O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (2) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1. O contrato ~~será extinto se extingue~~ quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação abaixo discriminada:

REQUISIÇÃO 1461/2025

PD 21532/2025

Código Reduzido: 847

Órgão: 7 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER

Unidade: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação: 2424 – Gestão de Cofinanciamento Estadual e Federal Fundo a Fundo para programas, Projetos e Serviços da Política da Criança e do Adolescente

Vínculo: 737 – Acesso a produtos de Higiene íntima – Deliberação nº 78/2022 e 13/2023-CEDCA/PR

Subelemento: 33390320300000000000 – Material destinado a assistência social

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.



19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça da Comarca da Lapa/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lapa, de de 2025.

JANAINA PIOVEZAN RIBAS

Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher
Representante legal do CONTRATANTE

MÁRCIA HOFFMANN SIBEN

Gestora do Contrato

ANGELA KRAINSKI DALLABONA

Fiscal do Contrato

ROSANGELA DE FÁTIMA MARCONDES DE AZEVEDO

Suplente Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF:

2- _____
CPF:



ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico nº ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal



ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública. Estarão disponíveis no portal de transparência para consulta pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal